



ATA ORDINÁRIA Nº 2822/2019

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Heleniza Ávila Campos (1ª Suplente), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos – ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Fausto Isolan (1º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Rodrigo Barbieri (2º Suplente), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul – SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul – SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2818/2019**; 3. **COMUNICAÇÕES**; 4. **APRESENTAÇÃO PLANO DIRETOR**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor 1º Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h06min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Senhores Conselheiros, boa tarde. Eu vou fazer a abertura dos trabalhos, mas na sequência o Secretário Germano deve chegar e concluir os trabalhos. Então, os pontos são os seguintes: Votação de Ata, Comunicações e Apresentação do Plano Diretor. A Conselheira Júlia, da EPTC, está sugerindo fazermos uma inversão de pauta, porque ela vai precisar se retirar, que a gente faça primeiro a apresentação do Plano Diretor e deixe as comunicações para depois. Então, eu quero



48 submeter ao plenário a proposta de inversão de pauta. Como a Tânia, que é da RGP. 01,
49 que pediu espaço para manifestação, após a votação da Ata a gente faz a manifestação
50 da conselheira e fazemos a inversão. Ok. É da delegada, perdão. Então, o primeiro ponto:
51 **2. VOTAÇÃO DA ATA 2818/2019.** Observação de Mark. por favor. **Mark Ramos Kuschick**
52 **(Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Sobre a
53 questão da ata, eu estive lendo esta ata, eu acho importante, porque o registro que ela faz
54 ela acumula uma série de solicitações ao Conselho. Eu acho que essas solicitações que
55 foram feitas ao longo da reunião deveriam ser sistematizadas e respondidas, porque senão
56 nós nos perderemos em relação às várias demandas que foram feitas aqui e registradas.
57 Então, estou trazendo à Presidência esta questão. A ata está muito bem, eu voto pela sua
58 aprovação, mas há uma série de solicitações feitas por vários conselheiros e conselheiras
59 que necessitariam de uma resposta sistemática na reunião que haverá na sequência. Era
60 isto e obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
61 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, acatando a demanda do conselheiro, dou a
62 sugestão de deixarmos esta ata para a próxima reunião... (Manifestação fora do
63 microfone). Não, não precisa, porque no início da reunião apresentamos esse relatório das
64 solicitações e depois faz a votação da ata sem prejuízo. Nós estamos com 3 ou 4 atas de
65 atraso sempre, mas é uma sugestão. Se tu queres insistir de fazer a votação? O Darci
66 sugere que se vote a ata. Queria mais uma manifestação. Eu posso colocar em votação a
67 ata e na próxima sessão se faz este relatório. Então, em votação a ata, quem é favorável,
68 por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 14 votos). Contrários à ata? (Contagem
69 de votos = 00 votos). quem se abstém? (Contagem de abstenções = 04 abstenções).
70 **APROVADA A ATA 2818/2019.** Na próxima reunião se faz o apanhado, ela vai fazer o
71 apanhado das reivindicações, pedidos, solicitações que contém na ata. Então, como é o
72 nome da delegada? A Conselheira Tânia pediu a palavra, regimentalmente, atendendo os
73 critérios. Então, por favor, está disponível o microfone. **Tânia Failace, Delegada da RGP.**
74 **01:** Eu tentei na reunião anterior levar o assunto para a representação da EPTC, mas ela
75 disse que não podia, porque não sabia se poderia receber denúncia, se poderia receber
76 reclamação. Então, eu achei que não funcionam os canais competentes. Então, achei que
77 aqui era o lugar para o pessoal ver. A EPTC é questão de trânsito. O que eu tenho, como
78 esta cidade está cada vez mais mal cuidada e os serviços estão piores e mal feitos,
79 vendidos para a população, eu achei que este é um pequeno detalhe, mas é um detalhe
80 que pode custar vidas. Os semáforos de Porto Alegre não têm sincronização, um está para
81 cá, o outro está para lá, um abre aqui, outro abre acolá, não há sincronização, não há uma
82 rede, não existe uma rede que reúna os semáforos de Porto Alegre, inclusive, para dar
83 fluidez ao trânsito. Quer dizer, eles são mais ou menos a “casa da mãe Joana” – Ah, vai,
84 vai, vai, vai... O tempo é insuficiente para pedestres. Às vezes, tem que atravessar uma
85 avenida em 10 segundos, quer dizer, não considera deficientes, não considera velhos e
86 não considera crianças. As panes não são consertados, quando estraga o semáforo fica
87 estragado, fica uma das partes dele sem funcionar, um fluxo sem funcionar e ninguém se
88 preocupa em botar em dia. Na questão da sincronização uma coisa que eu observo é que
89 há sinais, há semáforos em que alguns sinais se eternizam, ficam ligados e ficam acessos
90 até que alguém fique cansado. Então, é um lixo o serviço de sinalização e de semáforos
91 em Porto Alegre. A outra coisa que eu estou dizendo é também a falta de fiscalização, a
92 Prefeitura não fiscaliza e não temos mais azuizinhos, ninguém tem, ninguém sabe, a
93 pessoa tem medo de multa, mas quem é que vai multar? Só se é um agente fantasma. Por
94 causa disso os obstáculos nas pistas e nos passeios estão se multiplicando. Agora está na
95 moda uma bandeira de pano que pode ter de 1,80 a 2m30cm, mais ou menos, e a largura



96 vai de 50 a 60cm, elas ficam soltas e balançando. Na frente do pedestre que está andando
97 por um passeio, dele estar caminhando e dar de cara com a bandeira ou bater no que vem
98 em sentido contrário, porque não dá para enxergar. E na rua é pior, na minha rua onde
99 resido, na Coronel Bordini, eu tenho dois exemplares, um no meio da rua e outro no
100 passeio. O do meio da rua, da pista, prejudica a visibilidade do motorista, tanto em um
101 sentido como em outro. E ele fica abanando à vontade, o que é uma coisa, um semovente
102 no meio da pista sem importar sinalização, sem importar nada. Todos esses desgastes são
103 para fazer propaganda, propaganda de estacionamento, propaganda até de lavanderia. Na
104 minha rua é uma lavanderia que tranca a passagem dos pedestres para botar a
105 bandeirinha dela. E também tem na mesma rua, na Coronel Bordini, tem de um
106 estacionamento, que é gigantesca e não fica encostada no meio-fio, ela recua e fica
107 realmente na pista dos veículos, fica lá balançando, abanando. (Sinalização de tempo
108 esgotado). Então, eu acho que a EPTC tem que tomar as suas funções com mais cuidado
109 e com mais responsabilidade, se não tem fiscais que se faça um concurso e se contrate
110 pessoas, porque o trânsito em Porto Alegre está cada vez pior. E por falta de disciplina por
111 parte da Prefeitura e dos órgãos de fiscalização, que simplesmente não fiscalizam. E
112 voltamos para a questão do estacionamento dos passeios, que hoje está praticamente,
113 quer dizer, vai o pedestre, tem um carro na frente, depois tem uma bandeira, depois tem
114 outro carro, depois tem outra bandeira, depois uma fileira de cinco, seis carros, aí ele tem
115 que ir para o meio da rua e no meio da rua tem outra bandeira. Então, é uma coisa
116 infernal! Então, queremos saber o que que o seu Prefeito está fazendo, o que estão
117 fazendo seus funcionários que não tomam nota do que está acontecendo. **Luiz Antônio**
118 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok,
119 obrigado, Delegada Tânia, da RGP. 01. Eu coloco à disposição a palavra para a Júlia, da
120 EPTC. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação –**
121 **EPTC:** Boa noite a todos. Senhora Tânia, até foi bom que a senhora manifestaste hoje,
122 oficialmente, esses assuntos que muitas vezes aqui na reunião a senhora conversa em
123 particular comigo e acho que essa última conversa sobre as placas a senhora tiveste com
124 a Larissa, né? A 2ª Suplente que veio me substituir. E conforme orientei a senhora, recebi
125 seu e-mail, encaminhei para a Assessoria Comunitária, para o Gabinete do Diretor-
126 Presidente. E conforme também já informei a senhora, eles me procuraram, pois não
127 estavam conseguindo contato com a senhora. Eles nesses casos preferem convidar que o
128 cidadão vá à EPTC para tratar de todos os assuntos que foram pontuados e que conheça
129 de que forma esses assuntos são tratados ou virão a ser tratados. E aí solicitei o seu
130 telefone, a senhora preferiu o contato por e-mail. Então, o pessoal segue reportando que a
131 senhora não responde os contatos por e-mail. Então, posso receber novamente o seu e-
132 mail, posso encaminhar novamente todas as suas pautas, mas o que é reportado por eles
133 é que não conseguem este contato para que as suas solicitações sejam respondidas e na
134 medida do possível atendidas. (Manifestação fora do microfone). **Luiz Antônio Marques**
135 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Desculpa, Tânia,
136 mas não... Não, eu estou colocando para os conselheiros primeiro. Alguém quer algum
137 esclarecimento sobre a questão? Bom, conselheiros, isto aqui não é um debate entre a
138 pessoa que vem se manifestar no espaço e os conselheiros. Então, está registrada a sua
139 posição na ata do Conselho do dia de hoje, conforme combinamos faremos a inversão de
140 pauta, partindo para a apresentação do Plano Diretor. Convido a Patrícia para fazer a
141 apresentação, conforme tínhamos combinado. Obrigado. **4. APRESENTAÇÃO PLANO**
142 **DIRETOR. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio**
143 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Nós invertemos por solicitação. Então, boa



144 noite a todos. Eu gostaria de agradecer a oportunidade, os conselheiros regionais na
145 última reunião preparatória para as oficinas solicitaram que eu fizesse uma apresentação
146 sobre o que é o Plano Diretor. Então, até para poder instruir eles e deixá-los municiados
147 para nos ajudarem nas oficinas a gente preparou essa apresentação. Nesta apresentação
148 eu coloco não só o que é, mas como vai ser a questão das oficinas e os resultados finais
149 que nós vamos esperar no Plano Diretor. Então, o que é o Plano Diretor? Alguns já devem
150 saber de cor, mas vou fazer um apanhado, vou tentar ser sucinta. Então, o Plano Diretor
151 está previsto na Constituição Federal, o § 1º do art. 182 da Constituição Federal fala qual é
152 o papel dele. Então, esse parágrafo diz o seguinte, *que o Plano Diretor, aprovado pela*
153 *Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão*
154 *urbana*. Então, ele tem uma importância já prevista na Constituição. Na Constituição ainda
155 nos artigos 182 e 183 são os que tratam da política urbana e são regulamentados pela Lei
156 nº 10.257/2001, que é o Estatuto da Cidade, que todos aqui já ouviram falar. O Estatuto da
157 Cidade, no art. 40, também define, vamos dizer, repete o que já está na Constituição,
158 define o Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e
159 expansão urbana. Ele coloca um *plus*, que o Plano Diretor é aprovado por lei municipal. O
160 Estatuto da Cidade ainda diz, através do § 3º, que ele deve ser revisto a cada 10 anos. E
161 no § 4º que o processo de elaboração do Plano Diretor deve ser garantido pelos poderes
162 executivo e legislativo. Esses três itens: primeiro, a promoção de audiências públicas e
163 debates com a participação da população e das associações representativas de vários
164 segmentos da comunidade. A publicidade quanto aos documentos e informações
165 produzidos e o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações
166 produzidos, que é o que estamos tentando fazer no decorrer desse processo. Aqui é uma
167 questão importante relativa Plano Diretor, o que está no Estatuto da Cidade, § 1º, que diz
168 que *o Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o*
169 *plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e*
170 *prioridades neles contidos*. Isso aí é uma questão bem interessante, porque se a gente for
171 ler hoje o nosso Plano Diretor não está relacionado com o que está previsto nesse artigo,
172 até a discussão que hoje a gente tem no Ministério Público, porque não existe fazer política
173 pública sem ter um orçamento. Então, esse momento que nós estamos vivendo agora,
174 inclusive, com o foco que estamos dando na questão dos espaços públicos, é uma
175 oportunidade que a gente tem de repensar o plano da nossa cidade, incorporando essas
176 questões, a forma de financiamento da cidade. No Estatuto da Cidade ainda é previsto o
177 conteúdo mínimo que deve conter um Plano Diretor. O conteúdo mínimo está previsto nos
178 artigos 42A e 42B. Daqui eu cito alguns, porque são vários, alguns só para vocês terem
179 conhecimento. Por exemplo, delimitação de áreas para parcelamento edificação ou
180 utilização compulsórios; outorga onerosa do direito de construir o nosso solo criado;
181 operações urbanas consorciadas; transferência do direito de construir (Nós temos aqui o
182 TPC); sistema de acompanhamento e controle (que seria o monitoramento). Isso é uma
183 coisa importante, hoje nós não temos esse monitoramento, nós temos até no Plano
184 Diretor, que é o SADUR – Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano, mas temos a
185 intenção de, efetivamente, ter o monitoramento. A questão de diretrizes para regularização
186 fundiária e assentamentos urbanos e regulares; previsão de áreas para habitação de
187 interesse social por meio de demarcação de zonas especiais de interesse social; entre
188 outras coisas. Então, aqui eu elenquei, claro que não são todos, mas para que os
189 conselheiros estejam preparados nas oficinas quais são os objetivos que nós temos ao
190 coletar os dados lá com a população. Então, eu vou citar alguns, claro que envolvem as
191 questões da cidade como um todo, não tem como ter todas as questões ali. Então, o



192 primeiro deles seria: definir estratégias de integração metropolitana. Então, como a cidade
193 se relaciona com as cidades lindeiras, tanto do ponto de vista de estruturação urbana, as
194 suas atividades econômicas, como é que funcionam os fluxos, as questões ambientais, a
195 interferência em uma e outra, uma cidade e outra cidade, enfim. O estabelecimento da
196 identidade da visão estratégica da cidade em relação à região metropolitana, estado, país,
197 mundo. É qual é a identidade de Porto Alegre em relação ao seu contexto externo? Qual é
198 o papel da cidade em relação ao estado, país e o mundo? O que a gente pensa para o
199 futuro da nossa cidade? Essa é uma informação que vai ser bem interessante de coletar ali
200 junto à comunidade. Outra questão importante também, o estabelecimento da identidade e
201 da valorização das características dos bairros e das regiões de planejamento. Qual a
202 identidade das regiões? Cada uma vai ter uma característica específica. Qual são as
203 questões importantes? E o desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento,
204 considerando a característica de cada local. Então, em cada local a gente vai poder
205 perceber qual é a característica e quais as potencialidades. Também o estabelecimento de
206 um sistema de monitoramento e gestão urbana. Esse é um objetivo do Plano Diretor, que
207 já citei antes a questão do monitoramento. Não existe um planejamento sem uma gestão.
208 Na verdade, eu acho que o foco nesse momento, mais importante do que o planejamento
209 é gestão de como que as coisas vão ser acompanhadas ao longo do tempo, como é o
210 processo de implementação do planejamento na cidade. O estabelecimento de estratégias
211 quanto à preservação ambiental e cultural, como a cidade quer se relacionar com seu meio
212 ambiente, com o seu patrimônio cultural. Isso tudo tem que estar estabelecido ali. O
213 estabelecimento de estratégias de garantia de direitos urbanos fundamentais, tais como a
214 moradia digna e acesso à terra, isso também tem que estar previsto, as oficinas vão indicar
215 locais que são importantes. E a identificação, o que fazer, como vamos tratar esse assunto
216 na revisão do Plano Diretor. A definição das principais obras e problemas urbanos que o
217 município vai priorizar no período de vigência. Isso é uma coisa que nós não temos, mas é
218 uma coisa que está ali, consta, é um item a ser abordado no Plano Diretor. Consta no
219 Estatuto da Cidade. A definição de áreas com previsão de indução de crescimento e áreas
220 com contenção de crescimento. A gente já identificou em conversas com a comunidade
221 que tem áreas que se identifica que se deve dar uma restringida no crescimento e tem
222 áreas que poderíamos fazer induções, desenvolver. A identificação de áreas de risco, por
223 exemplo, que era aquela questão, consta lá no Estatuto da Cidade. Então, a gente tem que
224 pensar como agir, não só identificar, mas como trabalhar após a identificação dessas
225 áreas. Outra questão objetiva, sei que todos já estão mais habituados, até por estarem
226 neste Conselho, os objetivos do Plano Diretor, que é possibilitar o crescimento ordenado e
227 a transformação da cidade, que envolve a estruturação urbana e viária, a distribuição dos
228 equipamentos públicos; por exemplo, áreas de interesse ambiental e cultural,
229 características das áreas intensivas e rarefeitas, a área rural, as áreas de interesse social.
230 Esses elementos todos, no caso das oficinas, poderão ser identificados, inclusive, quanto à
231 carência, existência ou não existência desses elementos, e o funcionamento deles
232 também. O objetivo do Plano Diretor, esse é o mais comum, é o que consta no nosso: o
233 zoneamento e definição de normas para uso do solo, que envolve as densidades; a
234 quantidade de população que é prevista de se ocupar em um determinado território; a
235 questão da volumetria das edificações; índice de aproveitamento; padrões de
236 parcelamento do solo; o percentual de equipamentos por terra; equipamentos públicos a
237 serem distribuídos por terra privada; os tipos de atividades conforme a localização; entre
238 outros. Então, explicando, basicamente, acho que todos entenderam de maneira simples,
239 eu vou dar uma passada rápida do processo de revisão do plano para vocês estarem



240 atualizados nas questões. Então, o processo de revisão do plano, que vocês já sabem,
241 está dividido em duas fases, fase 1 e fase 2, e dividido em leituras técnicas e comunitárias.
242 As leituras técnicas estão estruturadas de acordo com as estratégias do Plano Diretor, que
243 passam, inicialmente, por uma estruturação da base de dados, que é o que, na verdade,
244 nós estamos coletando agora de diagnósticos e a estruturação da base de dados. Nós
245 vamos começar agora as oficinas e já estamos coletando dados junto às secretarias. E a
246 leitura comunitária, este eu acho que até já tinha apresentado para vocês, em princípio são
247 os itens que estão constando na questão da leitura comunitária, que são: colaboração
248 online; diálogos com a sociedade; as oficinas territoriais temáticas, que é o foco dessa
249 apresentação; as oficinas técnicas; diálogos e oficinas internas; audiências públicas e
250 previsão de uma conferência municipal. Então, os diálogos com as sociedades são
251 aquelas caminhadas que a gente começou a fazer nas entidades, que a gente foi em cada
252 uma das associações de bairro que tem interesse. Enfim, todas as entidades que têm
253 interesse em participar a gente vai às entidades e coleta informações e disponibiliza o
254 contato através do e-mail planodiretor@portoalegre.rs.gov.br nas reuniões que nós
255 fazemos. O e-mail também está disponível no site do Plano Diretor, tivemos algumas
256 contribuições, mas não em número significativo e todos os nossos passos são registrados
257 em processo eletrônico com a lista de participação e aguardamos contribuições de quem
258 quiser contribuir no decorrer do processo. Então, as oficinas territoriais temáticas, que são
259 essas que vamos iniciar agora no dia 17, nós prevemos, em princípio, uma oficina por
260 região de diagnóstico e uma oficina por região devolutiva, mas a gente já verificou, por
261 exemplo, que na Região 2 já está bem clara a questão das Ilhas, que deve ser separada.
262 Então, nós vamos fazer uma nas Ilhas. Na medida em que a gente for fazendo, quando a
263 gente verificar ali nas regiões, se a gente não tiver muita representatividade de algum
264 determinado local, a ideia é talvez repetir nesse local que está faltando. Então, serão em
265 princípio 16 na primeira etapa e 16 na segunda. Então, cada região vai ter pelo menos
266 quatro oficinas. A gente está prevendo também as oficinas técnicas, prevemos em
267 princípio 6 oficinas técnicas. Essas oficinas técnicas eu gostaria de organizar com as
268 entidades, assim como organizamos as oficinas temáticas territoriais junto com os
269 conselheiros regionais, eu proponho uma reunião na semana que vem para a gente tratar
270 dessas questões das oficinas, depois vamos decidir a data, em princípio terça-feira antes
271 da reunião, mas, enfim, depois a gente define isso. Esses diálogos e oficinas internas são
272 aqueles que estão sendo feitos com as secretarias, já fui a quase todas, em algumas não
273 fui ainda, no DEMHAB não fui ainda, mas será na quinta-feira. Então, está prevista uma
274 audiência pública por minuta, na primeira fase e na segunda fase. E a gente quer organizar
275 também junto com os conselheiros regionais uma conferência municipal, a ideia é que
276 essa conferência tenha resultados tanto para primeira fase, quanto para a segunda. Então,
277 a gente tem que começar a organizar em seguida. Tem uma questão ainda que a gente
278 estava discutindo a respeito das oficinas, que depois com o fechamento das oficinas ali na
279 primeira fase, seria interessante fazer uma de fechamento. Eu acho que vocês já tinham
280 proposto, não sei quem tinha proposto, eu acho uma coisa bem interessante fazer uma
281 oficina de fechamento das territoriais. Então, eu vou apresentar aqui a nossa metodologia
282 proposta, que foi feita com base nessa oficina piloto, que os conselheiros das regiões
283 participaram. E na reunião passada, antes da reunião do Conselho, com os conselheiros
284 regionais, nós identificamos problemas, fizemos alguns ajustes e apresentamos aos
285 conselheiros. Então, aqui vou apresentar para todos. Então, a metodologia a ser aplicada
286 na oficina terá como base uma dinâmica para contribuição em mapas, para essa dinâmica
287 foi proposto roteiro em 6 passos. O primeiro passo é a apresentação dos conceitos, o



288 nivelamento da população que vai estar presente. E tem o objetivo de uniformizar os
289 participantes em relação aos conteúdos a serem trabalhados. Para esse propósito a
290 apresentação abordará em sequência: primeiro, o contexto do Plano Diretor, descrevendo
291 de forma sintética as etapas do processo, o ponto que estamos na linha do tempo e a
292 oficina dentro deste contexto; o cronograma do dia; os objetivos da oficina e os conceitos o
293 do Plano Diretor que serão utilizados na oficina utilizando exemplos da região, alinhados
294 com os elementos identificados na oficina piloto; descrição dinâmica com exemplos de
295 como os elementos serão identificados nos mapas. Depois vai ser feita a divisão dos
296 grupos e aquecimento. A divisão dos grupos será em grupos de aproximadamente 12
297 pessoas, contendo em cada grupo um mediador em um técnico de apoio do município
298 para a condução dos trabalhos e auxílio no registro das contribuições. O aquecimento será
299 dividido em dois momentos, no primeiro momento os participantes terão o reconhecimento
300 inicial do mapa, destacando os pontos de referência. E no segundo momento os
301 participantes serão convidados a escolher por mesa um relatório, um expositor e um
302 guardião do tempo. A equipe técnica discutiu que seria interessante ter um relator da
303 equipe técnica e o expositor escolhido pelo grupo que vai expor depois o resultado, e
304 também um guardião do tempo para que o guardião do tempo da própria equipe possa nos
305 ajudar a controlar o tempo. Em seguida o trabalho colaborativo dos grupos, para a
306 realização da dinâmica cada grupo vai receber um mapa da região de planejamento
307 correspondente e material para demarcação da contribuição, etiquetas, canetas e demais
308 materiais de apoio. Depois terá um intervalo de atividades de 10 minutos e depois vai ser
309 feita a apresentação dos resultados. O expositor definido por cada grupo fará exposição
310 das principais conclusões no mapa, assim como a gente fez na oficina piloto. O tempo por
311 grupo poderá ser ajustado em função do número de participantes, não sendo inferior a 5
312 minutos por grupo. E aí em seguida o encerramento, o fechamento da atividade com breve
313 apresentação sobre os próximos passos. E aí, independente das oficinas nas mesas,
314 especialmente se tiver muitos participantes, se a gente tiver um acesso de participantes,
315 nós também teremos mapas em formato menor para quem quiser, por exemplo, a pessoa
316 não quer participar ali do grupo formado, ela também vai poder demarcar no mapa
317 individual. E também para todos vai ser disponibilizado um questionário para identificação
318 dos temas prioritários. Então, o objetivo da primeira etapa coleta é coleta de diagnósticos
319 para compreender os anseios, o olhar e a dinâmica da cidade a partir da contribuição pela
320 população e agregar os estudos técnicos e coletar as informações da população
321 relacionadas às estratégias do Plano Diretor, 17 objetivos do desenvolvimento sustentável
322 e os 12 temas: situação urbana, mobilidade, classificação ambiental, etc. Não serão todos
323 os temas que serão trabalhados agora, serão estes: Tema 1 – ESTRUTURAÇÃO
324 URBANA: centralidade, equipamentos em espaços abertos. Perguntas: quais os locais
325 consideram pontos de referência e pontos de atração nos bairros? Quais as carências de
326 equipamentos: escolas, postos de saúde, praça e outros? Tema 2 – MOBILIDADE
327 URBANA: mobilidade, acessibilidade e transporte. Perguntas: quais os caminhos que mais
328 fazem: trabalho, estudo e saúde? Quais os problemas nos caminhos: a pé, de bicicleta, de
329 carro ou ônibus? Tema 3 - QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL: qualificação ambiental envolvem
330 bens culturais, bens naturais e questões de infraestrutura. Perguntas: quais os locais de
331 interesse cultural no bairro: prédios e espaços públicos? Quais os locais de interesse
332 ambiental: arroios, morros, agentes que impactam? Quais os locais de carência de
333 infraestrutura: água, esgoto, alagamentos, resíduos, energia e iluminação? Tema 4 -
334 PROMOÇÃO ECONÔMICA: agricultura, comércio, serviço, indústria e emprego.
335 Perguntas: qual a locação na região do bairro? Quais as iniciativas empreendedoras na



336 região? Tema 5 - PRODUÇÃO DA CIDADE: grandes projetos e habitação. Perguntas:
337 quais os projetos impactaram a região? Pontos positivos e negativos. Quais os problemas
338 habitacionais na região? Então, essas são as perguntas que vão ser efetuadas e os
339 objetivos, aqui eu passo a explicar para vocês terem uma visão do resultado final do
340 trabalho que nós estamos prevendo, os objetivos do plano de trabalho da revisão do Plano
341 Diretor. É aperfeiçoar a gestão do planejamento urbano para promover o desenvolvimento
342 urbano integrado e sustentável do município. Então, não é só a revisão do Plano Diretor,
343 ele envolve esses três itens: atualizar o modelo jurídico espacial do Plano Diretor, que seria
344 a revisão do plano por excelência; estruturar sistema de dados aberto, participativo e de
345 fácil utilização, é o que a gente chama de plataforma, com o geoprocessamento, com
346 dados transparentes, que vai envolver não só a instituição dessa ferramenta, mas também
347 uma capacitação da equipe para trabalhar nesse modelo. Eles vão não só trabalhar, mas
348 eles vão ter que estar constantemente alimentando esses dados. E também capacitar a
349 população envolvida no planejamento e licenciamento com a finalidade de dar
350 transparência às informações, bem como facilitar a tomada de decisões. Então,
351 explicando, resumidamente, como está sendo pensado para estruturar: a primeira minuta,
352 que seria a primeira entrega, que é uma ideia mais conceitual, tipo modelo de gestão.
353 Envolve a revisão do Plano Diretor em relação aos artigos existentes, sua estruturação em
354 relação à legislação correlata, visando tornar mais simples e transparente o processo de
355 planejamento e licenciamento, bem como a revisão dos anexos no que houver. Então, a
356 gente vai passar do texto existente, revisar o texto, levantar inconsistências e levantar, por
357 exemplo, nos anexos as suas inconsistências, mas a gente não vai na primeira etapa fazer
358 modificações estruturais no mapa, porque isso precisa do levantamento de dados. O
359 levantamento de dados está começando agora, mas a conclusão do levantamento de
360 dados é só para o fim do processo, nós não temos como na primeira etapa ter tudo isso
361 previsto. Na primeira etapa ainda a gente pretende fazer o detalhamento dos instrumentos
362 urbanísticos existentes no Plano Diretor e no Estatuto da Cidade, bem como a inclusão de
363 novos instrumentos. Então, a gente sabe que o Plano Diretor hoje tem vários instrumentos,
364 mas a gente não tem esse tratamento, a gente não sabe como aplicar eles. Então, vocês
365 sabem, um servidor precisa saber como fazer para as coisas acontecerem. Então, como a
366 gente já tem várias experiências em outras cidades, a gente pode fazer estudos e poder
367 aplicar e colocar a operacionalização desses instrumentos já na primeira etapa sem
368 problemas. E a integração no que couber do Plano Diretor e os planos setoriais, isso
369 também é uma questão de gestão. A revisão das estratégias de acordo com o identificado
370 na leitura comunitária, visando efetuar a compatibilização com 17 objetivos do
371 desenvolvimento sustentável na Nova Agenda Urbana. Ou seja, vai ser uma revisão, não
372 quer dizer que vão ser reestruturadas grandes coisas, até a equipe técnica já bateu os
373 itens, o conteúdo, mas dependendo do resultado da Leitura Comunitária é possível que
374 tenha alguns ajustes na questão das estratégias do Plano Diretor. Também, para finalizar a
375 fase 1, é previsto o estabelecimento de um modelo de gestão relacionado com o
376 planejamento urbano a partir da escala intermediária. Então, o que a gente tinha
377 comentado, a escala intermediária do espaço público, já tínhamos comentado a questão
378 das formas de financiamento da cidade, como que o planejamento urbano se implementa
379 ao longo do tempo. Então, tem uma série de coisas que a gente pode aperfeiçoar nessa
380 questão em termos de gestão. Então, a fase 2, esta que é prevista, aí sim mexer nos
381 mapas e anexos, esses mapas e anexos vão ser revisados com base na conclusão de
382 todos os diagnósticos, toda a coleta de informações das oficinas, de todos os trabalhos
383 que foram feitos. E a partir desses dados detalhados a gente vai poder estabelecer



384 modelos, óbvio que no final do processo a gente não vai ter todo o mapa do Plano Diretor,
385 detalhar na escala cadeira intermediária, mas a gente vai ter modelos que podem ser
386 aplicados ao longo do tempo. A ideia é instituir um modelo de planejamento que possa ir
387 acontecendo ao longo do tempo e não estanque. Então, modelos, por exemplo, de
388 mobilidade urbana, a gente sabe que os dados que nós temos ali no Plano Diretor são
389 muito superficiais, a estrutura viária, tem a questão das calçadas que a gente tem que ter
390 uma apropriação melhor de como vai funcionar. Por exemplo, tem tipos de vias na questão
391 da regularização fundiária, que não estão abordadas ali. Então, a gente tem que elencar
392 essas questões, essas características especiais. A questão de como lidar com a questão
393 da relação entre a estrutura urbana e o meio ambiente, hoje nós não temos uma política
394 municipal do meio ambiente, nós temos o Código Florestal. Agora, como que o município
395 entende que a relação dessas áreas podem acontecer integrada à estrutura urbana,
396 modelos para AEIS, por exemplo, aí se fala muito em demarcar nos mapas, sim, aí nesse
397 momento nós podemos fazer um levantamento e demarcar com mais propriedade essas
398 áreas nos mapas. Claro, e usar os instrumentos adequados para isso, né. E também
399 nessa etapa usar o detalhamento dos instrumentos urbanísticos nos mapas e anexos.
400 Então, o que eu já tinha falado, por exemplo, o instrumento urbanístico da UOPS, como
401 vocês tinham falado. Então, nessa etapa a gente consegue demarcar nos mapas isso, a
402 questão da regularização fundiária nessa a gente consegue demarcar mais com mais
403 propriedade nos mapas, mas o detalhamento vai ser através de modelos. E aí a gente
404 colocou aqui que, na verdade, essa fase 3 não está em princípio relacionada com a
405 cooperação técnica, mas é uma fase que tem que acontecer dentro da municipalidade, que
406 é quando nós encaminhamos as minutas nós temos que fazer o acompanhamento dessas
407 minutas junto à Câmara de Vereadores. E aí nesse momento que eu espero que no final
408 do processo estejamos todos engajados, em conjunto, que todos na medida do possível
409 estejam satisfeitos com o resultado e que a gente possa defender esse processo para que
410 ele, quando for entregue, fica o mais íntegro possível. Até porque é o que a boa técnica,
411 para não ter problemas, aquela questão das inconsistências que nós temos muito hoje,
412 que possa acontecer de uma maneira fluída, vamos dizer assim, a implementação desse
413 planejamento. Após, a gente vai nessa questão da estruturação dos dados, a gente vai ter
414 um modelo para a instituição dessa plataforma de planejamento urbano e que, óbvio, além
415 da estruturação das equipes ela tem que ser contratada. Claro, na sequência nós temos
416 uma nova legislação, nós temos que fazer regulamentações diversas e essas
417 regulamentações são necessárias para que no momento em que, efetivamente, esse
418 documento esteja implementado, a própria máquina pública consiga fazer o
419 desenvolvimento adequado desse trabalho e que a gente não tenha um baque, assim, ou
420 pare tudo, que a coisa seja fluída. Então, era isso que eu quis apresentar. Na sequência eu
421 espero que a gente possa fazer, a gente vai tentar participar de todas as oficinas, na
422 medida do possível eu vou estar presente em quase todas, a não ser aquelas que forem
423 fisicamente impossível, mas onde eu não estiver vai estar toda a equipe técnica, vai estar
424 presente em massa lá para tentar ajudar, porque estão todos muito engajados e com
425 vontade de coletar os dados, de saber o que a população quer, está todo mundo muito a
426 fim de fazer o trabalho. Então, acho que vai ser uma coisa muito legal, esses dois meses í
427 vão ser puxados, mas vai ser só a primeira rodada, depois vai ter outras mais. Então, era
428 isso, muito obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
429 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigada, Patrícia. Uma explanação além da expectativa.
430 Eu acho que tu conseguiste colocar todo o processo, todo o projeto de revisão da maneira
431 que vocês estão pensando, também a gente percebe o amadurecimento do grupo,



432 tornando mais clara toda essa proposta, essa peça de discussão que vocês estão
433 propondo com essa inovação muito importante da participação via as regiões de
434 planejamento para ser incluído neste processo. Objetivamente, nós já estamos com
435 agenda, né, Patrícia, tu não chegaste a falar, mas nós temos agenda a partir da semana
436 que vem, eu não sei se nesta semana já tem. Dia 17 já tem a primeira, hoje é 15, sábado.
437 Depois é toda uma sequência. Vamos fazer uma rodada, o primeiro é o Felisberto. Vamos
438 fazer uma rodada em função da exposição da Patrícia. Então, Felisberto. Vamos fazer uma
439 remodelação, vamos fazer uma volta na mesa, começamos com o Fernando. **Fernando**
440 **Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul -**
441 **SENGE/RS:** Boa noite. Primeiramente, eu só queria parabenizar a Arquiteta Patrícia e a
442 equipe. Eu acho que pelo próprio entusiasmo e empenho que a equipe tem demonstrado
443 nesse processo todo, eu não tenho dúvida que o Plano Diretor vai ser muito bem recebido
444 e, realmente, um plano que a cidade merece, que todos nós estejamos construindo de
445 uma maneira bastante assertiva. É só para deixar registrado. Obrigado. **Felisberto Seabra**
446 **Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro parabenizar a
447 Patrícia pela apresentação. Segundo, pedir para que tivesse sido enviado antes, porque aí
448 a gente viria com algumas perguntas que não poderei fazer... (Manifestação fora do
449 microfone). Antes, que tivesse sido enviado para que a gente pudesse dar uma olhada e
450 vir preparado, até para levar para o nosso fórum para que a gente pudesse oportunizar o
451 debate. Aqui eu sou conselheiro, não represento só eu, represento vários delegados da
452 região e alguns já estão aqui postando e cobrando algumas perguntas. Então, como eu
453 represento o coletivo, eu não sou o dono da minha região, eu fui eleito por um coletivo.
454 Então, tem que ser em conjunto produzidas as perguntas. Uma primeira delas é a questão
455 da avaliação, o que a prefeitura tem de avaliação sobre o plano durante esses 10 anos?
456 Quais são os dados com relação ao déficit habitacional, com relação à mobilidade urbana,
457 com relação à regularização fundiária e aí vai, os dados técnicos produzidos ou que a
458 prefeitura tem para subsidiar o debate. O que está acontecendo na avaliação, pelo menos
459 minha inicial? Estão à procura de colher dados para subsidiar um plano, mas qual a
460 avaliação que a prefeitura tem desse plano para propiciar a discussão e para confrontar
461 com aquilo que a cidade tem com o real? Não existem dados. Existem dados, por exemplo,
462 no Observa POA, existiu todo um trabalho feito pela resiliência. Então, esses são dados
463 que têm que vir ao debate, porque é importante para subsidiar. Há todo um trabalho feito
464 pelo Pacto Alegre e com vários grupos da ONU Habitat, antes mesmo da discussão do
465 plano, que já estão preparados e já estão com projetos. Então, no evento, no Congresso
466 Brasileiro de Arquitetura a gente viu dos arquitetos o que já tem planejado de certa
467 maneira com o Pacto Alegre. Várias entidades, as universidades, ONGs, projeto para o 4º
468 Distrito, sem mesmo antes de discutir com os interessados, que é a população do entorno
469 ou que moram nessas regiões. Então, eu entendo que as oficinas serão importantes, onde
470 entram os planos regionais, que eu não vi nenhuma menção com relação aos problemas
471 regionais, que é uma deficiência, eu acho que teria que ser um dos primeiros, vamos dizer,
472 assim, da avaliação do plano, que em nenhum momento foi foram feitos os planos
473 regionais. Isso já é uma deficiência do plano, porque seria uma maneira de avaliar a região
474 por região. E também compatibilizar com as demandas do Orçamento Participativo, depois
475 eu não sei se o Emerson vai complementar sobre isso, mas eu acho fundamental essa
476 união do planejamento com o Orçamento Participativo, tem que haver isso. E os demais
477 conselhos setoriais também para avaliar a saúde, a educação, cultura, o Conselho
478 Municipal de Acesso à Terra e Habilitação, esses vários conselhos setoriais. Então, isso é
479 fundamental. Por enquanto é isso, depois terei mais algumas perguntas, até para



480 monopolizar o microfone aqui. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de**
481 **Planejamento Sete – RGP. 7:** Nós estamos fazendo na nossa região, que vem com
482 discussão com o próprio IAB, a ótima relação que nós temos com a Patrícia, com o João
483 Marcelo e com o próprio Conselho aqui, tudo isso para nós tem sido um aprendizado muito
484 importante. Nós estamos muito mais preocupados em termos um olhar da urbanidade
485 como um todo nesse planejamento, porque nós entendemos que tendo um planejamento
486 se tornam políticas de estado e não saímos de uma forma acerbada para fazermos as
487 coisas tudo ao mesmo tempo. Então, o plano para nós representa muito isso. Nós nos
488 preocupamos muito com a questão das instituições locais, por exemplo, a universidade.
489 Nós sabemos que vai definir e ajudar os moradores, mas achamos fundamental a questão
490 da participação da universidade, que é do local Lomba do Pinheiro, Partenon, bem como
491 os empresários, as instituições, os movimentos sociais que são muito fortes na nossa
492 região e tem uma interferência ainda bem grande. E isso tudo é uma grande expectativa,
493 se nós não alcançados nesse primeiro momento saio mais tranquila porque tem segmento
494 depois. Nós também vamos querer ter uma agenda específica sobre a questão da Macro
495 10, que provavelmente saia para que a gente não se perca lá nesse dia, mas que tenha
496 uma reunião específica para gente se aprofundar no sentido, inclusive... (Inaudível/falha
497 microfone). Era isso no momento. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de**
498 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu acho que a apresentação da nossa
499 arquiteta foi muito importante, eu tenho acompanhado ela pela região e vai ser importante,
500 porque dessa vez o plano se define nos bairros. A nossa expectativa é mostrar para a
501 comunidade que o Plano Diretor tem o seu papel importante nos bairros de avanço nesses
502 30 anos que já está sendo divulgado. Em 99 usou uma estratégia política de vereadores, a
503 cidade de ganhou vários condomínios pesados, como o Alphaville, definindo os bairros, as
504 áreas rurais e urbanas, mostrando a Restinga como um bairro poderoso, a Hípica. A
505 Restinga não se definiu, o que se definiu foram as moradias. Hoje você pega sexta-feira,
506 vai para a Restinga, sábado e domingo, não consegue andar, porque aumentou o número
507 de condomínios, a população, mas não falaram na mobilidade urbana, porque o Plano
508 Diretor não foi falar com a comunidade e sim com os empresários e vereadores para fazer
509 o quê? Alto índice de moradia, com um valor financeiro. E hoje está o caos, não se sai da
510 Restinga, porque só tem uma saída, tem duas, ou sai pela Lomba do Pinheiro ou sai por
511 baixo. Eu estive lá semana passada e me apavorei. Não tem nenhum projeto de alargar
512 aquela avenida, porque no momento que o Plano Diretor implantou, dominando as áreas
513 rurais, fazendo a Hípica, fazendo os lotes de 5x15 metros, dobrou a população,
514 implantando também em Belém Novo, aquela parte. Eu queria entender o Plano Diretor
515 como que funciona a estratégia, a história dele, a consequência, quando foi criado, porque
516 foi criado e qual foi o papel. Eu sei quando foi, mas não ficou bem claro ainda, e quando tu
517 colocaste o índice de levantamento topográfico, índice de levantamento de bairros. Por
518 exemplo, um bairro que é ocupado irregularmente, como é que consta no levantamento de
519 dados? Vamos colocar a parte do Porto Velho, que tem várias vilas irregulares, favelas e
520 ali o índice de implantação seria de quê? Como que vai conseguir definir a implantação
521 desses bairros? Em 67, quando o Plano Diretor começou a definir a Cidade de Porto
522 Alegre, quando a nossa cidade surgiu, que a cidade começou a crescer, quando surgiu a
523 Restinga, esse Plano Diretor veio meio atropelado, com isso surgem as favelas, que estão
524 implantadas até hoje. E aí surge outro problema, as propriedades irregulares, todas as
525 pessoas têm o direito de propriedade. (Sinalização de tempo esgotado). A Tronco foi
526 aberta e o prefeito fez a promessa que as pessoas que estavam na avenida iriam receber
527 o título de propriedade à moradia. Agora tem uma grande guerra com o DEMHAB porque o



528 Minha Casa Minha Vida Plano I não existe mais. Então, essas pessoas que estão
529 dependendo de moradia, no aluguel social, vão ter que pagar agora, porque os que
530 ganham mais de R\$ 1.800,00 não podem mais entrar no título à propriedade plano baixo.
531 Imagina só, tu podes morar em uma favela, mas tu és aposentado da SMOV, ganha
532 quanto por mês hoje? Ganha R\$ 3, 4 mil. (Sinalização de tempo esgotado). Essas pessoas
533 vão ter que pagar suas propriedades de moradia hoje. O que acontece? As ocupações
534 irregulares de uma favela hoje, essa população em que situação fica? Então, minha
535 arquiteta, eu acredito que com essa discussão lá na comunidade, definir com as pessoas o
536 direito de propriedade, tendo conhecimento da sua vida, estabelecendo o planejamento,
537 talvez tenha a consequência de fazer as pessoas entenderem o que é, mas não vai
538 resolver. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação,**
539 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Dentro
540 da apresentação eu me senti contemplado, Patrícia. Estou dando parabéns para toda a
541 equipe que formalizou, porque boa parte do que está sendo apontado ali já foi levantado
542 nas reuniões. Então, é importante também essa participação. O que a gente coloca aqui,
543 até foi comentado, tanto pelo Paulo Jorge, pelo Felisberto, é em relação ao plano regional,
544 que seria uma espécie de plano de melhorias, onde atenderia também a discussão das
545 prioridades, que hoje a discussão das prioridades está concentrado nas comissões e essas
546 comissões não têm a visão regional. Então, as demandas são mais apontadas pela própria
547 gestão governamental. Então, nós vamos ter que inverter essa situação, elas têm que ser
548 discutido sim, dentro do plano regional. do plano de melhoria de cada região para depois ir
549 para as comissões, para a gente ter uma ideia do que que realmente a região vai precisar,
550 a participação é muito importante dentro dessa elaboração do plano regional. A questão
551 das prioridades, o desenho urbano, nós temos que diferenciar a revisão do Plano Diretor,
552 que não é atendimento de demanda e nem atendimento de serviço. Tem que ficar bem
553 claro isso para as regiões de planejamento, porque o Plano Diretor não vai resolver a
554 demanda da habitação do Paulo Jorge, que ele cita toda hora aqui, mas vai dar um
555 encaminhamento para melhorar aquele desenho urbano naquele local. Então, isso é
556 importante. Quero tocar também aqui na questão das AEIS. Porto Alegre não tem o hábito
557 de aplicar a zona especial de interesse social, hoje nós trabalhamos com AEIS, até porque
558 eu acho que não está nem previsto dentro do plano mesmo as AEIS. Não tenho a
559 definição do que é as AEIS dentro do Plano Diretor, está dentro do Estatuto da Cidade,
560 que é uma lei lá de 2001, 10.527, é até bom colocar ali, porque a maioria não tem. Então,
561 está dentro do Estatuto da Cidade, mas não está dentro do plano regulador, que é o Plano
562 Diretor. Então, a gente poderia também criar um capítulo para poder atuar dentro das
563 AEIS, que pode atender alguma situação ou outra de grande expansão da cidade. Então,
564 seriam mais essas colocações e o Orçamento Participativo, como eu coloquei na última
565 reunião, tem seis temáticas que poderia também ser um desenho já para aplicar o
566 funcionamento das temáticas. Tem a Temática de Tributação, Turismo, Desenvolvimento
567 Econômico, de Saúde e Assistência Social, tem de Educação, Esporte e Lazer. Então, são
568 temas que estão conjugados, que de alguma forma ou de outra já se se unificam na
569 questão do atendimento. Então, é muito importante colocar também o Orçamento
570 Participativo, que vai criar sim uma oficina para fazer essa discussão junto com os
571 conselheiros regionais, para atender também a demanda do Orçamento Participativo,
572 principalmente nessa questão das prioridades. O Orçamento Participativo busca também o
573 atendimento das prioridades, através das regiões de planejamento. E eu acho que um
574 ponto também que a gente tem que levantar é a questão da excepcionalidade na
575 aprovação de projetos, que é um ponto que a gente vê aqui dentro do Plano Diretor, que



576 tem muitas situações que vai ter que ter a situação excepcional e nós vamos ter que achar
577 alternativas do que é considerado excepcional, do que não é, porque cada dia vem uma
578 situação diferenciada aqui dentro da discussão do plano. E para finalizar, o diagnóstico,
579 não só das regiões de planejamento, mas nós temos que ter um diagnóstico do governo,
580 da parte das secretarias, e nós temos que ter um diagnóstico das entidades, porque as
581 entidades também tem uma demanda, tem uma carência e tem que ser apontado isso
582 também, e o próprio governo, porque se não abrir uma discussão com governo, aí vai ficar
583 o DEMHAB, não vai ter a interface lá com a Região de Planejamento 5. Então, tem que ter
584 esse diagnóstico também levantado. Obrigado. Heleniza Ávila Campos (1ª Suplente),
585 **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu estou substituindo a
586 Professora Livia e eu queria parabenizar a Patrícia pela apresentação. Que bom que já
587 está com uma estrutura pronta. Eu queria fazer alguns questionamentos. Primeiro,
588 acompanhando a colocação do Felisberto, que é sobre a apresentação, uma leitura do
589 plano atual, uma leitura mais crítica sobre o que aconteceu ao longo desse tempo, quais
590 são as pendências, as possibilidades de permanência de algumas estruturas, de alguns
591 instrumentos. Até porque quando chegar na fase de discutir os instrumentos o que se faz,
592 se mantém o se altera, enfim, eu acho que uma conferência de avaliação seria bem
593 interessante para que a gente pudesse ter, e a comunidade pudesse ter, um pouco dessa
594 visão mais completa da situação hoje, uma visão crítica sobre o que temos hoje. Segundo,
595 quem está produzindo o diagnóstico e como é que ele vai ser constituído para a exposição
596 para as comunidades? Eu acho que este também é um ponto que vocês devem estar
597 preocupados e a gente queria saber como que isso está sendo feito, está sendo pensado,
598 está sendo estruturado. E os modos de divulgação das oficinas, como é que vocês estão
599 pensando também em chegar em uma divulgação mais ampla com o conjunto da
600 sociedade? Por enquanto é isso. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular),**
601 **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite. Em primeiro lugar
602 parabéns, Patrícia e equipe. Eu acompanhei um pouco do trabalho de vocês aí, a nossa
603 Secretária Gabrielle, fantástica aí. Eu tinha alguns questionamentos, muitos até parecidos
604 com os do Felisberto, com relação à inicial dele, nesse questionamento do entrosamento
605 do OP. Na nossa região a gente já funciona assim, Felisberto, já tem como incorporar isso,
606 fica mais fácil. E até na questão de divulgação e participação da região. Eu corroboro com
607 as palavras do Felisberto com relação aos dados anteriores, do que a gente tem até agora
608 com relação a essa renovação do plano. E era isso. **José Francisco Rodrigues Furtado**
609 **(Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Parabéns, Patrícia. Está
610 refinando, fazendo desde a gênese, desde que a gente começou a discussão aqui dentro,
611 fora, com as unidades, com os conselhos de classe. Eu notei que há um perfeito
612 refinamento, estão chegando em um ponto específico que tu possas de fato ter uma
613 metodologia para que tu possas alcançar as pessoas. Esse que é o fundamento, é ouvir a
614 população de Porto Alegre nos seus reais sentimentos dentro do espaço do território que
615 eles ocupam e trazer, poder externar o que eles necessitam e o que eles querem. Eu
616 acredito que nesse refinamento se chegará a contento. Do ponto de vista da nossa reunião
617 do DEMHAB, tu te prepares, eu te falei hoje na reunião do Ministério Público, que nós
618 estávamos fazendo uma série de debates lá com a parte urbanística, com a Dra.
619 Menegatti, onde nós entramos muito profundo na questão de risco e de regularização
620 fundiária dentro destas áreas. O DEMHAB apresentou várias propostas, vai te apresentar
621 várias propostas, nós fizemos algumas considerações também. Aquela discussão das Ilhas
622 hoje também, é muito importante haver um regime especial para as Ilhas, porque é uma
623 área especial do município, está totalmente diferenciada. Não leva em conta o que a



624 Engenheira Vânia falou, com aquele quebra pau com a promotora na audiência, eu e a
625 Vânia fazendo uma discussão paralela sobre a questão de risco, basicamente em relação
626 ao Parque e a APA do Delta do Jacuí. É possível sim regularização fundiária na área, mas
627 temos que ver também as questões políticas que envolvem essa situação. Nós temos que
628 trazer como base hoje dentro do DEMHAB, e nós temos um tripé proposto neste governo:
629 regularização fundiária, Felisberto, que está avançando a passos largos, finalmente, com
630 uma série de procedimentos dentro da SETAF. Só o fato da SMAMS ter ido, que aliás
631 nunca tinha participado de uma comissão de governo, a SMAMS não participava pela
632 situação que a gente discutiu hoje da segurança jurídica em relação ao Código Florestal e
633 a parte da lei federal de regularização fundiária. Tem procedimentos, tem decretos de
634 procedimentos que melhoram a compreensão e o aspecto jurídico para avançar e por isso
635 está avançando. Com a chegada da SMAMS de volta a SETARF, que, na verdade, era
636 para ter entrado na SETARF, está tendo outro olhar, por isso que está avançando,
637 principalmente a questão do – Você não faz absolutamente nada se não tiver o cascalho!
638 Se não tiver o orçamento não tem como. Pode chegar para as PPPs, pode ter uma série
639 de coisas, mas tem que ter como estado, como município tem que ter o orçamento próprio
640 para poder fazer esse desenvolvimento. Do ponto de vista ambiental, como biólogo, que
641 era a minha discussão com a Vânia ali no canto, isso durante a audiência, isso não era
642 separado... (Risos). Todo mundo reclamando e nós batendo boca lá. É importante, eu do
643 ponto de vista ambiental, tem alguns aqui que vão até discordar, espero que discordem
644 mesmo para depois a gente fazer o debate, é fazer uma diferenciação específica, apesar
645 de ser a mesma coisa, mas eu acho que tem que ter metodologicamente uma
646 diferenciação entre ambiente natural e ambiente modificado. Tem que haver essa
647 separação, apesar de ser tudo meio ambiente. Eu sou um ferrenho defensor do ambiente
648 natural, se tiver que defender 30, 40, 50, 60, 100 metros, parque linear de 200 metros de
649 APP em uma área livre, eu vou estar lá defendendo. Agora, no momento em que nós
650 temos uma área habitacional consolidada, onde as pessoas têm direitos nesta área, que
651 viveram toda a sua vida ali, tem que haver uma diferenciação do ambiente modificado,
652 onde haja... E isso eu vou colocar lá, já vai te preparando para dar a resposta depois. Tem
653 que haver uma forma diferenciada de andares. A própria lei regularização fundiária...
654 (Sinalização de tempo esgotado). Estou encerrando. A própria lei permite essa redução. E
655 eu volto a discutir, falo em todos os fóruns, o uso social do meio ambiente da faixa de APP,
656 uma forma de preservação da comunidade, manutenção dos recursos hídricos,
657 reflorestamento, recuperação de faixa de APP, mas de uso e proteção da própria
658 comunidade. A comunidade vai junto, exatamente a educação ambiental, todo um trabalho
659 em cima, fiscalização, a própria comunidade fiscaliza. Então, nós te aguardando lá na
660 quinta-feira, porque o pau vai comer solto. Obrigado. **Er de Macedo Martins (1º**
661 **Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Boa noite. Eu
662 queria começar parabenizando a colega Patrícia pela apresentação, mas não só a
663 apresentação, quero parabenizar a Patrícia e a equipe pela questão da sistematização e o
664 planejamento de todo esse cronograma e como que vai caminhar nessa revisão do Plano
665 Diretor. A gente sabe já com alguns anos de prefeitura as dificuldades que se impõem
666 quando se abraça uma tarefa dessa natureza. E um bom planejamento é um passo
667 gigantesco para que o plano obtenha o sucesso que é necessário que ele obtenha. Em
668 segundo lugar, eu queria informar os conselheiros aqui, já respondendo ao Conselheiro
669 Felisberto, o Observa POA vem trabalhando em estreita colaboração com a equipe da
670 Patrícia no fornecimento dos dados que nós temos. Além disso, enquanto Secretaria de
671 Relações Institucionais, estabelecendo também um contato com o IBGE, que já vem



672 planejando o Censo 2020, que é fundamental para que nós tenhamos dados atualizados
673 para debater e trabalhar em cima. E o terceiro ponto é reafirmar para a Patrícia a
674 colaboração do Observa e da Secretaria de Relações Institucionais no que for preciso, nas
675 oficinas, nas audiências e em todo o processo já está a tua disposição. **Rogério Dal Molin**
676 **(Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Patrícia,
677 também faço minhas as palavras dos colegas, eu também me vejo contemplado, porque
678 desde que se fala em mudança de Plano Diretor, temos que saber qual é a metodologia. E
679 hoje eu olhei, e já entendi, e já compreendi a metodologia que está sendo criada. Então,
680 parabéns para ti e para tua equipe. Também aproveito para fazer um depoimento que
681 depois de ver muitas coisas erradas eu estou começando a ver coisas certas, que também
682 acho que foi a escolha da tua pessoa, que tem um conhecimento já bastante grande aqui
683 dentro e sensibilidade para liderar esse trabalho tão importante para nós, para a nossa
684 cidade. E aproveitando a falar de cada um, outra coisa que eu sempre penso quando fala
685 no Plano Diretor que é de entender formas novas de financiar a cidade, através de planejar
686 a cidade, mas também ver de que forma a gente pode financiar melhor a cidade. E um
687 depoimento, Felisberto, uma coisa que me deixou um pouco triste, naquele outro processo
688 que a gente fez de mudança de Plano Diretor, ficou muito focado na Região 1, que eu era
689 conselheiro, na minha região ficou muito focada a mudança, mas qual era o debate que se
690 fazia? Ah, vamos fechar sacadas ou não vamos fechar sacadas? Pô, e eu pensando: tem
691 tanta gente precisando de um plano, pessoas menos favorecidas precisando de uma
692 atenção da cidade, de como que vão planejar os seus terrenos, a regularização fundiária
693 fundamental e ficavam preocupados com a sacada de quem tem posses, vamos dizer
694 assim, ligados a Região 1, que é a região que concentra a maior renda da cidade. Então,
695 no final a gente viu até brigas lá e coisas assim que não foi bacana naquela mudança de
696 Plano Diretor. Então, também quando o Emerson fala das AEIS e tal, outra coisa que eu
697 fico pensando, todo dia eu passo na Perimetral, e a Perimetral da Protásio para baixo tem
698 os vazios urbanos que estão sendo ocupados por prédios basicamente de três dormitórios.
699 Também, o valor daqueles apartamentos são muito alto. Eu passo ali e fico pensando: se
700 tivesse um incentivo para que se pudesse fazer apartamentos de um dormitório e de dois
701 também, não precisa tirar o benefício deles – Não, o índice é este e tudo bem, mas se tu
702 fizeres um dormitório ganha um benefício para que a gente pudesse densificar a Perimetral
703 ali. Tu podes ver onde passam os ônibus, já falando em mobilidade, aquela Perimetral está
704 parece subutilizada do transporte coletivo, porque no fim vai ficar sempre morando menos
705 gente do que poderia, da gente poder densificar mais, botando mais um dormitório e dois
706 dormitórios, que são apartamentos mais baratos para as pessoas morarem perto de onde
707 passa o transporte. Eu fico analisando a nossa cidade, de vez em quando eu estou lá no
708 meio do bairro Petrópolis e passa um ônibus lá no meio de uma região bem residencial,
709 mas por que o ônibus está passando lá? Porque não tem gente para ele pegar onde
710 deveria ser, que é lá na Perimetral, por exemplo. Então, acaba a cidade sendo passada
711 por ônibus circular, tudo que é linha por dentro dos bairros residenciais e lá onde tem que
712 passar praticamente demoram os ônibus. Então, uma maneira de incentivar a densificação
713 nessas artérias principais de transportes. Já falando nisso, outra coisa que nunca vi o
714 nosso Plano Diretor de Porto Alegre se preocupar é com essas fontes geradoras de tráfego,
715 que em outros lugares, quando a gente sai para o exterior e vê como que eles estruturam
716 as cidades, onde estão as escolas. Então, o governo escolhe lá, mas depois por causa das
717 escolas vem os empreendedores, os que desenvolvem a cidade, vão lá e fazem os
718 núcleos em volta... (Sinalização de tempo esgotado). As escolas, os centros de compra e o
719 lugar onde as pessoas vão trabalhar são os lugares que as pessoas se deslocam o dia



720 inteiro. Então, pô, vamos ver onde estão as escolas, vamos ver de que maneira a gente
721 pode melhorar essa mobilidade, porque outra coisa que me causava estranheza é um belo
722 dia chegou assim – Agora vou apresentar o Plano Diretor de Mobilidade. Então, nós temos
723 um Plano Diretor da cidade e daqui a pouco apareceu um Plano Diretor de Mobilidade que
724 não conversava um com o outro. (Sinalização de tempo esgotado). Então, isso para mim é
725 inconcebível, tem que ter um Plano Diretor de Mobilidade junto com o Plano Diretor da
726 cidade, tipo assim, para onde que todo mundo vai de manhã? Vão os filhos na escola.
727 Então, alguma coisa tem que acontecer aí para planejar melhor essa mobilidade das
728 pessoas. E se for o caso de proibir escolas em determinados lugares, que está muito cheio
729 de tráfego, proíbe. Assim como shopping center em lugares muito densificados, se aprovar
730 um foco de trânsito em um lugar desses vai ser muito pior. **Luiz Antônio Marques Gomes**
731 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro Rogério, o
732 senhor estourou o tempo duas vezes. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das**
733 **Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** É que quem fica por último... **Luiz**
734 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
735 Não, quem fica por último é a Patrícia. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das**
736 **Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Patrícia, depois, quando tiver
737 oportunidade eu complemento mais umas coisas, quando nós tivermos algumas oficinas
738 aqui. Muito obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
739 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Até porque estamos aguardando, né, Patrícia, daqui a
740 pouco as promoções de debate das entidades não governamentais. Patrícia, as
741 considerações finais desta rodada. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria**
742 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu vou tentar abordar de
743 uma maneira mais abrangente possível. Respondendo ao Felisberto, que ele perguntou a
744 questão dos dados. É uma questão muito importante, outros perguntaram dos dados
745 também. Então, tem um relato para fazer, uma coisa muito interessante, uma das coisas
746 que foi base de tudo que foi pensado em conjunto. Nós aqui no município temos sérios
747 problemas de dados, todas as secretarias de maneira independente produzem seus
748 dados, mas não armazenam, algumas armazenam, outras não armazenam. Então, nós
749 temos uma dificuldade imensa, a equipe técnica antes teve uma dificuldade muito grande
750 para conseguir coletar esses dados. Não tem, não existem dados estruturados, por isso
751 que a gente até colocou uma etapa ali, que é importante, que é a estruturação da base de
752 dados. Então, agora, inclusive, com esse processo... (Manifestação fora do microfone).
753 Sim. Então, a primeira tarefa paralela à questão das oficinas, a primeira tarefa que está
754 sendo feita junto às secretarias, até fomos lá na SMRI. Nós estamos em cada secretaria
755 tentando na medida do possível coletar todos os dados. Nós ainda não tivemos retorno de
756 todas elas, da SMRI estamos tendo. Quero agradecer, a SMRI tem sido superparceira para
757 a gente poder realizar as oficinas, disponibilizando equipamentos, o apoio dos CRIPS nós
758 tivemos. Então, está sendo muito legal essa parceria, muito legal, para a gente poder
759 realmente nas fazer as oficinas, não sei preocupar em de repente precisar fazer mais
760 rodadas nas comunidades. Estamos tranquilos quanto a isso pelo apoio que a SMRIA está
761 nos dando. Então, essa questão dos dados, agora justamente é a etapa da coleta dos
762 dados, e esta primeira rodada com a população é uma rodada mesmo para coletar os
763 dados da população, a gente não quer induzir nada nesse primeiro momento, a gente quer
764 simplesmente sentir a temperatura e fazer essa coleta. No segundo momento, a partir
765 dessa primeira coleta de dados, além de buscar os resultados das equipes técnicas, a
766 equipe vai dar uma volta nas regiões, cada região, identificando esses pontos que foram
767 elencados. E depois desse fechamento, aí sim nós vamos fazer outra oficina, aí sim



768 apresentando esses dados e aí a população vai poder interagir de uma maneira mais
769 madura com o processo. Então, essa é a ideia nesse primeiro momento. Então, quanto
770 aos dados em princípio é isso. E depois, com o auxílio da cooperação técnica com a ONU
771 Habitat, vai ter um suporte maior para a gente poder amplificar ou dinamizar essa coleta de
772 dados, não só os dados que temos na secretaria, mas também os que vão ser coletados *in*
773 *loco*. Então, quanto à questão Pacto Alegre eu não tenho. Acho que o Pacto Alegre,
774 efetivamente, não está tendo uma relação direta com a questão da revisão do Plano
775 Diretor, eles estão fazendo ações pontuais, vamos dizer assim, que não estão
776 relacionadas. A nossa relação mais efetiva está sendo mesmo com o Conselho. Vocês são
777 os atores mais importantes nesse processo. A gente trabalha com engajamento e a gente
778 vê que o maior engajamento é neste fórum mesmo. Então, a questão dos planos regionais,
779 que daí responde também ao Felisberto, o Emerson. Os planos regionais são instrumentos
780 que também precisam ser detalhados no Plano Diretor. Hoje está lá previsto o plano
781 regional, mas tem um artigo dizendo que existem os planos regionais, mas como eles são,
782 como que eles devem ser implementados, isso é uma coisa que pode ser detalhada no
783 formato de gestão, pode ser detalhado na primeira etapa. Nesta etapa poderia se dar
784 indicativos para o Plano Diretor. E aí seria interessante também coletar os dados que as
785 regiões já trabalharam, que já foi uma coleta bem importante de dados, junto com o
786 trabalho com o IAB. Então, para a gente poder ter alguns indicativos, para ser colocado. Aí
787 eu diria que esses indicativos estariam na segunda fase. A questão da relação Orçamento
788 Participativo e planejamento é uma questão também que pode ser acordada no modelo de
789 gestão, como é que a gente pode trabalhar a cidade com modelo de gestão onde nós
790 temos formas de financiamento do planejamento, como que pode ser implementada a
791 relação entre as partes. Isso aí pode estar relacionado na primeira fase. Acho que do
792 Felisberto era isso. A Maristela tinha comentado a questão da Macrozona 10, a questão da
793 Operação Consorciada. Eu acho a interessante, ela tem que ser revisada, porque tem
794 alguns conceitos ali que tem que ser mais otimizada. E a questão dos mapas, o ideal é que
795 ela fique com os mesmos parâmetros do Plano Diretor, ela tem uma nomenclatura
796 específica que para nós do ponto de vista de gestão é difícil aplicar. Então, se a gente
797 conseguir deixar ela mais normatizada, de acordo com que está no plano é melhor. Então,
798 a questão que o Paulo Jorge perguntou, a questão do Plano Diretor, como foi criado, eu
799 acho que para isso aí caberia uma apresentação específica. Também tinha perguntado da
800 leitura do plano atual, nós temos a leitura, acho que muitos já conhecem a nossa opinião a
801 respeito, eu acho que esse tema específico, como é um tema que deve ser explicado com
802 profundidade, acho que merece um tema específico. Se vocês tiverem interesse a gente
803 prepara, não tem problema, acho que ajuda a enriquecer o nosso trabalho. (Manifestação
804 fora do microfone). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
805 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Desculpa, mas não é esse o momento. Eu gostaria que a
806 Patrícia concluísse, fosse até o final. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria**
807 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, a questão da
808 ocupação irregular, a regularização fundiária, questões de direito de propriedade, tem uma
809 série de questões que podem ser abordadas na primeira etapa, a questão de
810 detalhamento dos instrumentos urbanísticos. Então, isso já está no nosso radar, nós temos
811 referências, por exemplo, o Plano Diretor de São Paulo que a gente acabou vendo no
812 congresso, muito interessante o modelo. E a questão da regularização fundiária é um dos
813 grandes beneficiários da gente tratar essa questão da escala intermediária, porque ela tem
814 uma característica específica e do ponto de vista de Plano Diretor não existem padrões
815 específicos para esse tipo de território. Então, no momento que a gente poder trabalhar em



816 uma escala menor a gente consegue olhar com melhor clareza essas áreas e poder de
817 uma forma mais efetiva fazer de fato a regularização fundiária. Aí como a gente comentou,
818 não só do ponto de vista cartorial, mas do ponto de vista de projeto urbano, porque tu vais
819 ter uma forma de financiamento da cidade, tu vais ter um método de como implementar as
820 obras de urbanização, tu consegues trabalhar. Então, nesse modelo que a gente está
821 tratando entendo que a regularização (Inaudível)/falha microfone). Emerson, os planos
822 regionais, no caso o plano de ação regional é um instrumento que deve ser
823 (Inaudível)/falha microfone). A questão das AEIS, a definição, conceitos, aprimoramento
824 desses conceitos, seriam colocados nessa primeira etapa. E esse mapeamento, como a
825 gente tinha colocado, onde vai ser previsto, em princípio na segunda etapa como modelo,
826 porque a gente sabe que o planejamento é ao longo do tempo e o nosso foco é mais em
827 gestão com uma base de dados bem estruturada, tu consegues fazer com que a cidade vá
828 se transformando de uma maneira mais inteligente e institucional, do que ficar estaque. A
829 questão do atendimento às prioridades também, é um. Essa questão da excepcionalidade
830 nas aprovações de projetos, a gente também identifica como um ponto crítico do nosso
831 Plano Diretor e se a gente tiver um modelo mais institucional de como trabalhar essas
832 questões. Essa própria questão das mitigações e compensações, se a gente trabalhar de
833 uma maneira baixando para a escala intermediária, a gente consegue enxergar isso de
834 uma maneira mais estratégica e poder fazer atendimentos das demandas. O
835 estabelecimento de um raio, por exemplo, em que tu consegues definir prioridades nesse
836 raio e elas serem elencadas primeiro na construção da cidade. A questão, e isso é uma
837 coisa importante que o Emerson colocou, os diagnósticos de governos e entidades. Então,
838 como a gente previu ali na questão das oficinas e os diálogos com a sociedade, a nossa
839 primeira ação, pelo tamanho da nossa equipe técnica, a primeira ação está sendo nas
840 regiões; mas terão sim oficinas técnicas, que daí a gente quer buscar o envolvimento das
841 entidades, e as oficinas internas, que aí a gente com certeza coloca o Conselho junto, em
842 que vão ser apresentadas também as questões internas da própria prefeitura. Então, acho
843 que contemplei nesse sentido a tua pergunta. A Heleniza colocou essa questão da leitura,
844 a visão crítica hoje, a leitura do plano atual, a visão crítica hoje. Então, já responde, acho
845 que merece um tema específico. Quem está produzindo o diagnóstico, hoje nós temos a
846 parte do diagnóstico sendo efetuada pela nossa equipe técnica do planejamento, que está
847 fazendo a coleta de dados em todas as secretarias e produzindo também material para
848 fazer a coleta de dados das entidades... Nas entidades não, nas regiões de planejamento,
849 na sequência com as entidades. Logo em seguida que tivermos a cooperação técnica a
850 gente vai ampliar esta coleta de dados. Estamos nesta fase nesse momento, não da
851 cooperação técnica, que ainda não foi assinada, mas a fase de coleta pelas equipes
852 técnicas. A questão dos modos de divulgação, nós estamos tentando, vamos dizer, ampliar
853 ao máximo dentro da nossa capacidade a questão da divulgação. Então, com as oficinas
854 territoriais procedemos a entrega dos folders para os conselheiros, copiando o trabalho do
855 IAB, que foi superlegal. Nós acionamos os CRIPS. Nós fizemos divulgação, todas as
856 nossas ações são divulgadas, temos o nosso site, pelo site da prefeitura, foi publicado
857 também nas redes sociais, nós fizemos divulgação na TV Câmara. Na Bandeirantes
858 também fizemos divulgação, o Secretário. Amanhã nós vamos fazer também um debate na
859 Guaíba, vai ser às 14 horas com o Juremir Machado. Eu espero não ficar nervosa. Vai dar
860 tudo certo. Então, a gente está fazendo tudo possível, tudo que está ao nosso alcance
861 para divulgar. Então, na sequência a gente vai trabalhar com a PROCEMPA um site mais
862 aprimorado, onde a população vai poder interagir. Agora com as oficinas a gente fez esse
863 folder, que a gente vai entregar lá e aqui vai estar todas as todas as datas. Então, a gente



864 vai entregar. Também no site a gente está montando fazer essa dinâmica dos mapas, a
865 gente vai colocar no site. Então, alguém que quiser participar vai ter esse canal aberto, a
866 gente só está montando ainda, não está pronto, mas quando estiver eu digo para vocês.
867 Então, a gente tentou colocar ao máximo todos os recursos que tivemos para fazer as
868 divulgações. O Furtado que comentou da questão da regularização fundiária, como eu já
869 falei da regularização fundiária. Uma coisa importante é das Ilhas, a gente vai ter um olhar
870 especial para a questão das Ilhas. Eu até já tinha comentando da área de preservação,
871 integração com a estrutura urbana, porque as áreas de preservação na cidade, no
872 momento que ela não está adequadamente inserida com a estrutura urbana acaba sendo
873 um “não lugar”, vamos dizer assim. Eu acho que a cidade tem que tomar partido dessas
874 áreas integradas adequadamente na estrutura urbana. Em especial nessa questão da
875 regularização fundiária, porque para a cidade valorizar tem que fazer parte dessa estrutura.
876 A questão da densificação, acho que isso aí é uma das coisas que a gente está
877 abordando, é uma questão que está na nova agenda urbana, a questão de trabalhar
878 miscigenação, a miscigenação de atividades, a miscigenação social, como é que dá
879 acesso ao transporte, uma cidade mais alto sustentável. Então, isso está no nosso radar.
880 Eu acho que era isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
881 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, pelo adiantado do horário fica impossível nós
882 retomarmos uma discussão. Então, eu queria fazer uma pergunta aos conselheiros: existe
883 algum evento, alguma coisa que os conselheiros queiram convidar? (Manifestação fora do
884 microfone). Não, desculpa, mas vamos fazer os elogios na próxima, vamos dar prioridade
885 a convites para alguma atividade e deixamos as comunicações para próxima reunião.
886 **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Então,
887 vou repetir o convite, reforçar o convite para quinta-feira, às 19 horas, no CPCA, que é a
888 primeira reunião, importante para que esse fórum também seja conjunto conosco. E
889 também não posso deixar de elogiar o 21º Congresso do IAB, juntamente com o CAU.
890 Maravilhoso, estivemos eu, o Felisberto e o Adroaldo. Dizer que foi de suma importância.
891 Estava a Patrícia, o nosso Secretário também estava lá. Então, foi uma experiência
892 maravilhosa. E também acho temos que temos que reforçar a vinda ao término das
893 oficinas do prefeito aqui, para que a gente possa apresentar o conjunto das nossas... **Luiz**
894 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
895 O combinado era o convite. Isso são comentários, porque eu também tenho comentários
896 para fazer. Os outros vão ser prejudicados, porque eu também tenho comentários para
897 fazer e vai ficar para a próxima Comunicações. É convite de algum evento. **Maristela**
898 **Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Sim, o convite do
899 evento é esse. Eu quero protocolar aqui. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região**
900 **de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Esse evento não foi marcado. Como que vai
901 convidar para um evento que não foi marcado? **Maristela Maffei (Titular), Região de**
902 **Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Muito obrigada. Realmente, o senhor não está
903 em condições de ser (Inaudível)/falha microfone). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
904 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A sua educação é fantástica,
905 Conselheira. Por favor, Darci Campani. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação**
906 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu gostaria de fazer um
907 convite, semana que vem nós estaremos na UFRGS, no do salão da UFRGS. Então,
908 convidar a todos os representantes das entidades e comunidades para irem ao Campus do
909 Vale. Infelizmente, para a população não é (Inaudível)/falha microfone), mas para nós
910 UFRGS é importante o envolvimento da conselheiro de toda a UFRGS. A nossa maioria
911 está no Campus do vale, então, vamos passar toda a semana recebendo a comunidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

912 Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no Salão UFRGS. Especificamente, a ABES tem uma
913 atividade dentro do salão, que é uma oficina sobre recomendação para uso de composto e
914 chorume. Como a gente tem trabalhado, até o Saffer uma vez já falou em compostagem
915 caseira, e eu acho que para o Plano Diretor é uma coisa muito importante essa questão do
916 que se faz com os nossos resíduos sólidos. A gente vai fazer uma oficina sobre
917 compostagem, sobre o uso de composto, não produção, sobre o uso do composto de
918 chorume, na quinta-feira o dia inteiro, na Faculdade de Agronomia e na sexta pela manhã.
919 Vai ter um professor da URGs que vai dar a parte teórica e um tecnólogo, uma pessoa que
920 tem experiência prática na parte de utilização na sexta-feira. Fica o convite. **Luiz Antônio**
921 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
922 Obrigado. Agradecer mais uma vez a Patrícia pela bela explanação que tivemos.
923 Conselheiros, muito obrigado pela participação.

924
925
926
927

928

929 _____
Germano Bremm

930 **Presidente**

931

932

933

934

935 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:**

928 _____
Secretária Executiva

Relatora